

EUA EM EBULIÇÃO

Caso Minneapolis expõe a escalada das operações do ICE e a ruptura institucional em curso nos EUA. A morte do enfermeiro Alex Pretti, versões oficiais contestadas e a reação de autoridades, ONU e sociedade civil revelam o avanço de uma política de força.



focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 27 de janeiro de 2026 Nº 223

'Minneapolis' expõe a escalada do ICE e o risco de normalização da violência

Grupos inspirados nos Panteras Negras voltam às ruas para monitorar ação policial nos EUA

» PROGRAMA **Reconexão Periferias**

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA



ACOMPANHE : [/FundacaoPerseuAbramo](https://www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo)



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Brenno Almeida

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre

Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Ára

Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana

Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton

Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura

Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando

Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,

José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís

Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges

Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,

Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,

Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça

Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida

da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338


CAPA

Minneapolis expõe a escalada do ICE e o risco de normalização da violência política nos EUA. **pág. 04**

Grupos inspirados nos Panteras Negras voltam às ruas para monitorar ação policial nos EUA

pág. 06

Com agenda própria, Lula dialoga com Trump em meio a crises globais e articula posições com Macron

pág. 08

BRASIL

Desinformação organizada ameaça eleições de 2026, alertam Justiça Eleitoral e pesquisas

pág. 10

É mentira que o governo restringiu o saque do Bolsa Família, explica ministério; veja lista de desmentidos

pág. 12

Em cenário de estabilidade na avaliação de Lula, novas pesquisas serão divulgadas nesta semana

pág. 14

Governo limita dívida do cartão a até o dobro da fatura e freia abusos dos bancos a partir de 2026

pág. 15

INSS prorroga para 20 de março prazo para contestação de descontos indevidos

pág. 17

Ney Messias Jr. alerta que “o etarismo permeia todos os outros preconceitos”

pág. 18

POLÍTICA

Lula chama fraude do Banco Master de “golpe bilionário” e

critica concentração financeira **pág. 22**

Deputado Rogério Correia (PT-MG) quer ampliar investigação de consignados e relação com igrejas evangélicas na CPMI do INSS

pág. 23

ECONOMIA

De mutirão de moradia a supermercado participativo: conheça iniciativas que valorizam o trabalho coletivo

pág. 25

Petrobras reduz preço da gasolina em 5,2% a partir desta terça

pág. 28



Minneapolis expõe a escalada do ICE e o risco de normalização da violência política nos EUA

O caso do enfermeiro morto a tiros virou ponto de ruptura: operações federais, versões oficiais contestadas e uma agenda que testa os limites do Estado de Direito

Guto Alves

A morte do enfermeiro Alex Pretti, 37, baleado por agentes federais em Minneapolis em 24 de janeiro, tornou-se o símbolo mais recente de uma escalada que já não se restringe a disputas sobre imigração.

O que se viu nas ruas de Minnesota foi um choque direto entre a força federal e o espaço público. Vídeos checados por agências e veículos internacionais mostram Pretti com um telefone na mão, já imobilizado, quando os disparos ocorreram, enquanto o Departamento de Segurança Interna sustentou a tese de legítima defesa.

O episódio não está isolado. A cidade já vinha tensionada desde 7/1, quando outra cidadã norte-americana, Renee Good, foi morta em ação ligada às operações federais, gerando protestos e críticas de autoridades locais. Minneapolis, que carrega na memória recente o assassinato de George Floyd em 2020, volta a ser o palco onde o país mede a temperatura do seu próprio pacto civil.

Nos relatos que circulam nos Estados Unidos, a cena se repete com variações: agentes mascarados, ações rápidas, uso de spray de pimenta, gás e artefatos de dispersão, prisões de manifestantes

e, no limite, tiros.

No caso de Pretti, a Reuters descreveu que as imagens revisadas mostram um agente retirando uma arma da vítima e se afastando do grupo, antes de os disparos ocorrerem em sequência. É essa cronologia, captada em vídeo, que alimenta a contestação pública à versão oficial e desloca o debate para além da política migratória.

A pergunta que emerge, então, é política. Quando a operação federal passa a funcionar como demonstração de força, e não como execução estrita da lei, o que se produz no imaginário social é medo. E o medo, quando administrado pelo Estado, deixa de ser consequência e passa a ser instru-

mento de governo.

Há dados que ajudam a dimensionar o ambiente em que esses episódios se acumulam. O jornal *The Guardian* registrou que 2025 foi o ano mais letal em mais de duas décadas para mortes sob custódia do ICE, com 32 óbitos, em um contexto de expansão das detenções.

Em outra apuração, o mesmo veículo apontou que agentes federais dispararam contra pessoas ao menos 16 vezes desde 2025, dado que passou a integrar o debate público sobre proporcionalidade, treinamento e responsabilização.

Esse pano de fundo se combina com a perspectiva de mais estrutura e mais recursos. Em dezembro, a Reuters informou que a Casa Branca se preparava para ampliar a repressão migratória em 2026, com aumento de operações e um pacote de financiamento bilionário para o ICE e a Patrulha de Fronteiras, mesmo diante de sinais crescentes de desgaste político e institucional.

Ataques coordenados

Ao mesmo tempo, Donald Trump voltou a transformar as chamadas “cidades santuário” em alvo direto, com ameaças de corte de repasses federais a partir de 1º de fevereiro, sem detalhar plenamente quais verbas e critérios seriam utilizados. A estratégia pressiona governos locais e reforça uma lógica de inimigo interno, na qual administrações democratas passam a ser tratadas como cúmplices e a contestação política é enquadrada como “insurreição”.

É nesse ponto que a crise de Minneapolis deixa de ser um episódio isolado e passa a funcionar como sintoma. A política federal busca impor obediência, não co- operação. Quando o conflito sobe de patamar, o custo imediato recai sobre a rua, os corpos e o espaço público.



Direitos reservados

Na sexta-feira anterior ao caso Pretti, o alto comissário da ONU para os Direitos Humanos, Volker Türk, pediu que Washington respeite o devido processo legal e o direito internacional, citando preocupações com detenções arbitrárias, uso excessivo da força e a necessidade de investigações independentes sobre mortes sob custódia.

O alerta não opera no campo da opinião, mas no da responsabilização internacional, reolocando os Estados Unidos sob escrutínio em uma agenda que historicamente o país usou como parâmetro para outros governos.

Lula e Trump

Do lado brasileiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem vocalizado incômodo com a escalada unilateral de Trump no cenário internacional, sobretudo quando decisões desprezam instituições multilaterais.

Ao mesmo tempo, manteve um canal direto com a Casa Branca. Em 26/1, Lula e Trump conversaram por cerca de 50 minutos e acertaram uma visita do presi-

dente brasileiro a Washington, com pauta que incluiu Venezuela, crime organizado e o chamado “Board of Peace”.

Dias antes, Lula ironizou o estilo de governo mediado por redes sociais ao afirmar que Trump “quer governar o mundo pelo Twitter”, durante evento no Rio Grande do Sul. A observação funciona como leitura de conjuntura: quando a política se converte em performance permanente, operações de força também passam a operar como mensagem e recado.

ados do Censo dos Estados Unidos e apurações da Reuters indicam que o crescimento populacional do país desacelerou para 0,5% no período mais recente, com queda expressiva na migração internacional líquida, fator que havia sustentado a expansão no ano anterior. Trata-se de um impacto estrutural, com reflexos diretos sobre mercado de trabalho, setores intensivos em mão de obra e a própria dinâmica econômica e social do país.

Minneapolis, hoje, concentra em poucos quarteirões o que está em disputa nos Estados Unidos.



Instagram de Paul Birdsong

Paul Birdsong, ativista negro e uma das lideranças do Partido Pantera Negra para Autodefesa, aparece entre dois outros integrantes do grupo na Filadélfia. A organização contemporânea reivindica o legado simbólico dos Panteras Negras históricos e atua no monitoramento da ação policial nos Estados Unidos

Grupos inspirados nos Panteras Negras voltam às ruas para monitorar ação policial nos EUA

Grupos que reivindicam o legado do movimento retomam a vigilância armada em áreas marcadas por abusos policiais e reabrem o debate sobre autodefesa e repressão estatal

Fernanda Otero

Um grupo que se apresenta como Partido Pantera Negra para Autodefesa voltou a chamar atenção nos Estados Unidos ao retomar patrulhas armadas com o objetivo declarado de monitorar a atuação policial em áreas marcadas por denúncias recorrentes de abusos.

A iniciativa, registrada em vídeos que circulam nas redes so-

ciais desde meados de janeiro, recoloca no centro do debate a relação entre autodefesa armada, fiscalização cidadã e o alcance da Segunda Emenda da Constituição norte-americana.

As imagens, gravadas em 11 de janeiro na cidade de Filadélfia, mostram viaturas da polícia local alterando o trajeto após serem abordadas por homens vestidos com uniformes que remetem ao histórico Partido dos Panteras Negras. Em um dos registros, Paul Birdsong, identificado como uma das lideranças do grupo, aparece

armado enquanto dialoga com os agentes. Pouco depois, as viaturas deixam o local.

Segundo declarações dos próprios integrantes, a ação ocorreu após um episódio recente de uso excessivo da força por policiais durante a detenção de um adolescente. O grupo afirma atuar como observador da conduta policial, sustentando que o porte legal de armas, garantido constitucionalmente, pode ser exercido também como instrumento de fiscalização em comunidades com histórico de violência estatal.

Atuação atual e discurso político

Birdsong se apresenta como presidente do Partido Pantera Negra para Solidariedade Internacional e mantém presença ativa nas redes sociais desde 2020. Em seus canais, divulga ações comunitárias, convocações públicas e conteúdos relacionados à luta contra a brutalidade policial e à defesa dos direitos da população negra nos Estados Unidos.

O espaço funciona tanto como ferramenta de mobilização quanto como registro das atividades do grupo.

Em declarações recentes, Birdsong afirmou que a organização permanece em “estado de alerta”. Em outro vídeo, gravado durante um protesto contra o Serviço de Imigração e Controle de Alfândegas (ICE), ele comenta a morte de Reneé Good, descrita por ele como uma mulher desarmada, e defende a manutenção de patrulhas para monitorar a atuação de policiais e agentes migratórios, cobrando responsabilização em casos de abuso.

A retomada do nome, da estética e de parte do repertório discursivo dos Panteras Negras dialoga diretamente com a memória de um dos movimentos políticos mais emblemáticos da história recente dos Estados Unidos, ainda que não haja vínculo orgânico ou institucional com a organização original.

Origem histórica dos Panteras Negras

O Partido dos Panteras Negras original foi fundado em 1966, em Oakland, na Califórnia, por Huey P. Newton e Bobby Seale. A organização surgiu com o objetivo de organizar patrulhas armadas para vigiar a polícia e denunciar a violência sistemática contra a população negra, apoiando-se

na interpretação de que o direito constitucional à autodefesa deveria valer igualmente para cidadãos negros.

Naquele período, a luta racial nos Estados Unidos era fortemente associada ao movimento pelos direitos civis, marcado por estratégias de não violência e por lideranças como Martin Luther King Jr.. As conquistas legais da década de 1960, como as Leis dos Direitos Civis de 1964 e do Direito ao Voto de 1965, garantiram igualdade formal, mas não alteraram as estruturas econômicas e territoriais que sustentavam a segregação racial.

Com a migração de milhões de trabalhadores negros para os centros urbanos do Norte e do Oeste, a desigualdade passou a se expressar por meio de políticas de habitação excludentes, precarização do trabalho e policiamento intensivo em áreas segregadas. Nesse contexto, a polícia assumiu papel central no controle dessas populações, alimentando tensões permanentes.

Black Power, programas sociais e repressão estatal

A partir desse cenário, os Panteras Negras se consolidaram como uma das expressões centrais do chamado Black Power. A organização combinava nacionalismo negro, crítica ao capitalismo e defesa da autossuficiência comunitária, inspirando-se em correntes como o marxismo-leninismo e o anti-imperialismo.

Além da autodefesa armada, o partido desenvolveu programas sociais de grande alcance, como o Café da Manhã Grátis para Crianças e clínicas populares de saúde em cidades como Nova York, Chicago e Los Angeles. Seu programa político, sintetizado no Programa dos Dez Pontos, reivindicava autodeterminação, emprego, moradia digna, o fim da brutalidade



policial e reparações históricas.

O crescimento do movimento provocou forte reação do Estado. O então diretor do FBI, J. Edgar Hoover, classificou os Panteras Negras como uma das maiores ameaças à segurança interna do país. A partir daí, foi implementado o programa COINTELPRO, que combinou vigilância, infiltração, desinformação e perseguição judicial.

Confrontos armados, disputas internas e a repressão sistemática contribuíram para o enfraquecimento da organização, que entrou em declínio ao longo da década de 1970 e foi oficialmente dissolvida em 1982.

Décadas depois, a reaparição de grupos que reivindicam o legado dos Panteras Negras ocorre em um contexto marcado pela persistência da violência policial, pelo encarceramento em massa da população negra e pelo endurecimento das políticas migratórias. Mais do que uma continuidade direta, essas iniciativas revelam uma disputa simbólica em torno da memória do movimento e da permanência dos conflitos que lhe deram origem.



Com agenda própria, Lula dialoga com Trump em meio a crises globais e articula posições com Macron

Em telefonemas com os presidentes dos Estados Unidos e da França, Lula apresenta propostas sobre Gaza, reforma da ONU e cooperação internacional, reforçando a centralidade do multilateralismo em um cenário de instabilidade global

Guto Alves

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve, em sequência, conversas telefônicas com os presidentes dos Estados Unidos, Donald Trump, e da França, Emmanuel Macron, colocando o Brasil no centro da agenda diplomática internacional em um momento de instabilidade global.

Os contatos ocorreram em

meio a conflitos armados em curso, tensões institucionais e desgaste político do governo norte-americano, e tiveram como eixo a apresentação de posições brasileiras próprias sobre segurança internacional, multilateralismo e governança global.

A ligação com Trump ocorreu na manhã de segunda-feira (26) e durou cerca de 50 minutos, segundo nota do Palácio do Planalto.

Na conversa, Lula tratou da relação bilateral e de temas da agenda internacional, com destaque para a proposta norte-americana

de criação de um “Conselho da Paz”.

O presidente brasileiro condicionou qualquer participação do Brasil à limitação do órgão à situação em Gaza e à garantia de assento para a Palestina. “O presidente Lula propôs que o órgão se limite à questão de Gaza e preveja assento para a Palestina”, informou o Planalto.

A posição apresentada diretamente ao presidente norte-americano dialoga com críticas públicas feitas por Lula nos dias anteriores. Em declarações recen-



tes, durante eventos públicos do Planalto, o presidente alertou que iniciativas paralelas podem enfraquecer o sistema multilateral.

“Criar uma estrutura fora da ONU é enfraquecer a ONU”, afirmou, ao defender o fortalecimento das instituições existentes.

Lula reiterou ainda a defesa de uma reforma ampla da Organização das Nações Unidas, com ampliação do Conselho de Segurança. Segundo o presidente, a estrutura atual não reflete a corre-

ção de forças do século XXI. “A ONU precisa ser fortalecida, não substituída”, disse.

Cooperação internacional é pauta de Lula

No mesmo telefonema, Lula apresentou a Trump proposta de aprofundamento da cooperação bilateral no combate ao crime organizado transnacional, com foco em lavagem de dinheiro, tráfico de armas, congelamento de ativos

e intercâmbio de informações financeiras.

A Presidência da República informou que a iniciativa foi recebida de forma positiva. Os dois presidentes também trocaram informações sobre indicadores econômicos e mencionaram a recente redução de tarifas aplicadas a produtos brasileiros.

A situação da Venezuela integrou a conversa, com Lula destacando a importância da estabilidade regional e da busca por soluções diplomáticas. Ao final do diálogo, ficou acertada a realização de uma visita oficial do presidente brasileiro a Washington, após compromissos internacionais na Ásia, com data a ser definida.

No dia seguinte, Lula conversou por telefone com o presidente francês Emmanuel Macron. Segundo o Planalto, os dois líderes convergiram na defesa de que iniciativas de paz e segurança estejam subordinadas ao Conselho de Segurança da ONU e à Carta das Nações Unidas, reforçando a centralidade do multilateralismo.

Também trocaram impressões sobre a situação na Venezuela e condenaram o uso da força em desacordo com o direito internacional.

Lula reiterou ainda o apoio ao acordo entre Mercosul e União Europeia, destacando seu papel estratégico para o comércio internacional baseado em regras e para a diversificação das relações econômicas do Brasil. Os contatos diplomáticos ocorreram em um momento de pressões externas e internas sobre o governo dos Estados Unidos, marcado por tensões envolvendo a Groenlândia, o Irã e a Venezuela, além de disputas políticas domésticas, contexto no qual o presidente brasileiro manteve diálogo direto sem abrir mão das posições históricas da diplomacia brasileira.



Desinformação organizada ameaça eleições de 2026, alertam Justiça Eleitoral e pesquisas

Alerta feito pela Justiça Eleitoral expõe avanço de redes coordenadas, uso político da tecnologia e riscos à liberdade do voto no próximo ciclo eleitoral



Reprodução

Guto Alves

A proximidade das eleições de 2026 ocorre em um ambiente marcado pela intensificação da desinformação política, pela reorganização de redes digitais já testadas em pleitos anteriores e pelo uso cada vez mais sofisticado de tecnologias para interferir na formação da opinião pública.

O cenário foi sintetizado em alerta feito nesta semana pela

presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, mas a preocupação extrapola a Justiça Eleitoral e é compartilhada por pesquisadores, autoridades públicas e organismos internacionais.

Ao abrir um seminário da Justiça Eleitoral sobre Segurança, Comunicação e Desinformação no Processo Eleitoral, a ministra afirmou que a circulação deliberada de mentiras e conteúdos manipulados tem como objetivo “capturar a vontade livre do eleitor” e produzir descrença nas instituições democráticas.

O diagnóstico dialoga com análises acumuladas desde as eleições de 2018 e 2022, que indicam a consolidação da desinformação como estratégia política permanente, e não como fenômeno episódico de campanha.

“Nenhuma dúvida que as tecnologias podem levar à contaminação de eleições, pela captura da vontade livre do eleitor, com as mentiras tecnologicamente divulgadas”, afirmou Cármen Lúcia. Para a ministra, o problema não está nas ferramentas digitais em si, mas no uso intencional, reiterado e organizado dessas tecnologias para distorcer a percepção pública e interferir no processo de escolha do eleitor.

A desinformação como estratégia política permanente

Pesquisas acadêmicas realizadas nos últimos anos indicam que a desinformação política no Brasil não opera de forma difusa ou espontânea. Estudos do NetLab UFRJ, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mostram que campanhas de desinformação se estruturam em redes coordenadas, com divisão de funções, reaproveitamento sistemático de narrativas e circulação planejada de conteúdos.

Relatórios do laboratório sobre o ciclo eleitoral de 2022 identificaram a atuação combinada de plataformas abertas, como X e Facebook, com ambientes fechados de difícil monitoramento, como WhatsApp e Telegram.

Nessas redes, conteúdos falsos

ou distorcidos sobre o sistema eleitoral, o funcionamento das urnas eletrônicas e a atuação do Judiciário foram difundidos de forma recorrente, muitas vezes reciclados de eleições anteriores, com pequenas adaptações discursivas.

Os estudos apontam ainda que a força dessas redes não reside apenas no volume de mensagens, mas na capacidade de produzir ambientes informacionais paralelos, nos quais versões alternativas da realidade circulam sem contraponto, reforçando desconfiância institucional e polarização política.

Polarização, emoção e circulação acelerada de conteúdos

Outros centros de pesquisa chegaram a conclusões convergentes. Levantamentos do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio (ITS Rio) indicam que a desinformação eleitoral se alimenta de três fatores centrais: alta polarização política, baixa confiança nas instituições e predominância de conteúdos emocionais na comunicação digital.

De acordo com esses estudos, mensagens que exploram medo, indignação ou ressentimento tendem a circular com maior velocidade do que informações verificadas, especialmente em períodos pré-eleitorais. Esse padrão cria incentivos para a produção deliberada de conteúdos enganosos, já que a lógica das plataformas privilegia engajamento, não veracidade.

Pesquisas associadas ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) também mostram que a percepção de exposição a notícias falsas permanece elevada entre os eleitores brasileiros, com crescimento da desconfiança sobre a informação política consumida

online à medida que se aproximam períodos eleitorais.

Dúvida, descrença e corrosão do processo democrático

É nesse contexto que o discurso da presidente do TSE ganha densidade política. Ao afirmar que “a dúvida corrói as bases democráticas de um processo eleitoral”, Cármen Lúcia não se refere a episódios isolados de fake news, mas a um ambiente informacional contaminado de forma contínua. A ministra criticou práticas que buscam induzir o eleitor a descreditar do próprio ato de votar ou da legitimidade do resultado eleitoral.

Segundo a magistrada, esse tipo de contaminação informacional não apenas interfere na escolha individual, mas compromete a confiança coletiva no processo democrático. Para ela, assegurar que cada eleitora e cada eleitor possam escolher livremente seus representantes, sem pressões externas ou manipulação informacional, é um princípio que precisa ser protegido de forma permanente.

Novas tecnologias e ampliação dos riscos eleitorais

A preocupação da Justiça Eleitoral também se estende ao uso de novas tecnologias, como ferramentas de inteligência artificial generativa, capazes de produzir imagens, vídeos e áudios falsos com alto grau de verossimilhança. Pesquisadores alertam que esse tipo de recurso amplia o potencial de manipulação emocional e dificulta a distinção entre informação verdadeira e fabricada, sobretudo em ambientes digitais de circulação rápida.

O tema passou a integrar de forma mais explícita a agenda da

Justiça Eleitoral após experiências internacionais recentes e o uso crescente dessas ferramentas em disputas políticas. Para especialistas, o desafio não está apenas na detecção técnica desse tipo de conteúdo, mas na velocidade de circulação e no impacto que ele pode produzir antes de qualquer checagem ou resposta institucional.

Mesmo diante desse cenário, Cármen Lúcia defendeu que o enfrentamento da desinformação deve ocorrer sem tensionar o processo democrático. “O processo eleitoral precisa ser garantido de maneira íntegra, de maneira tranquila, que isso não seja um momento de tumulto e muito menos de violência”, afirmou.

Preparação institucional para o ciclo de 2026

O seminário em que a ministra discursou integra a preparação dos Tribunais Regionais Eleitorais para o próximo ciclo eleitoral. Em paralelo, o Tribunal Superior Eleitoral conduz uma consulta pública sobre as regras das eleições de 2026, que devem ser aprovadas até março.

Entre os temas em debate estão o combate à desinformação e o uso de tecnologias digitais e de inteligência artificial durante a campanha.

O calendário eleitoral prevê o primeiro turno das eleições de 2026 para 4 de outubro e o segundo turno, se houver, para 25 de outubro. Estarão em disputa os cargos de presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais ou distritais.

Para a Justiça Eleitoral, garantir que esse processo ocorra com liberdade de escolha, confiança institucional e informação qualificada figura entre os principais desafios democráticos do período.



É mentira que o governo restringiu o saque do Bolsa Família, explica ministério; veja lista de desmentidos

MDS desmente fake news que circulam nas redes e reforça que as regras do benefício não sofreram qualquer alteração

Henrique Nunes

O Governo Federal voltou a desmentir informações falsas que circulam nas redes sociais e em aplicativos de mensagens sobre uma suposta restrição ao saque em dinheiro do Bolsa Família. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), não houve qualquer mudança nas regras do programa, e os beneficiários seguem podendo sacar integralmente os

valores recebidos.

As mensagens enganosas afirmam que o governo teria limitado o saque em espécie, obrigando o uso exclusivo do cartão em estabelecimentos comerciais ou impondo novas regras para movimentação do benefício. O ministério esclarece que essas informações são falsas, não têm respaldo legal e não correspondem a leis, portarias ou decisões administrativas em vigor.

O Bolsa Família continua sendo pago mensalmente pela Caixa Econômica Federal, com depósito em conta vinculada ao beneficiário. O programa permite saque

em dinheiro, transferências e pagamentos pelos canais oficiais, como o aplicativo Caixa Tem e o cartão do benefício. Segundo o MDS, não há qualquer estudo ou anúncio de alteração nesse modelo.

O governo destaca que a circulação de fake news sobre políticas públicas afeta diretamente a população mais vulnerável, gera insegurança e pode levar à perda de benefícios ou à exposição de dados pessoais. Por isso, reforça que informações oficiais devem ser conferidas exclusivamente nos canais institucionais.

O ministério também alerta



que o Bolsa Família não solicita dados pessoais, senhas ou códigos por mensagens ou links, e orienta que conteúdos desse tipo não sejam compartilhados.

Brasil Contra Fake

Diante desse cenário, o Governo Federal criou a iniciativa Brasil Contra Fake, coordenada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), com o objetivo de combater a desinformação e proteger a população contra conteúdos falsos que geram confusão, insegurança e prejuízos sociais.

A plataforma reúne checagens de informações que circulam nas redes, apresenta explicações claras com base em dados oficiais e orienta os cidadãos a identificar e não compartilhar conteúdos enganosos. A iniciativa também re-

força a importância de verificar a origem das informações e buscar sempre os canais institucionais do governo.

No caso do Bolsa Família, o Brasil Contra Fake reforça que não existe restrição ao saque em dinheiro, nem mudanças nas regras do benefício, e alerta para que a população não clique em links suspeitos nem forneça dados pessoais a terceiros.

Outros desmentidos

- É falsa a informação de que o Bolsa Família será pago exclusivamente por cartão de débito e poderá ser usado apenas em locais credenciados.
- As regras de pagamento e movimentação do benefício do Bolsa Família não foram alteradas, e qualquer mudança oficial é comunicada exclusivamente pelos canais institu-

cionais do Governo Federal.

- O Bolsa Família não solicita dados pessoais, senhas, códigos de verificação ou informações bancárias por mensagens, links ou redes sociais.
- O cidadão não deve clicar em links suspeitos nem fornecer informações em páginas ou formulários enviados por desconhecidos.
- Informações oficiais sobre o Bolsa Família devem ser conferidas por meio do extrato bancário e canais oficiais do Governo Federal.
- Portanto, trata-se de desinformação. O MDS recomenda que mensagens desse tipo não sejam respondidas, nem compartilhadas, para evitar a disseminação de conteúdos falsos e a exposição de dados pessoais.

Em cenário de estabilidade na avaliação de Lula, novas pesquisas serão divulgadas nesta semana

Resultados de intenções do eleitor estão previstos para quinta-feira (29) e domingo (1)



Ricardo Stuckert/PR

Redação Focus Brasil

Nos próximos dias, serão divulgadas duas pesquisas de opinião sobre o pleito presidencial no país, neste ano.

O site jurídico Jota vai divulgar no próximo domingo (1) uma pesquisa própria de intenção de voto para a Presidência da República realizada com cinco mil entrevistados pela internet, com uma margem de erro de 1,6 ponto percentual.

O levantamento vai testar três cenários de primeiro turno, considerando as indefinições no campo da direita: Flávio Bolsonaro (PL); no segundo, Tarcísio de Freitas (Republicanos); e no terceiro, Michelle Bolsonaro (PL).

Para o segundo turno serão quatro cenários, todos com a pre-

sença do presidente Lula (PT): contra Flávio, Tarcísio, Michelle e Ratinho Junior (PSD).

Com 2.080 entrevistas, o levantamento do Paraná Pesquisas será divulgado na próxima quinta-feira (29), com margem de erro de 2,2 pontos.

A sondagem vai projetar dois cenários de primeiro turno. Em um deles, os entrevistados escolhem entre Lula (PT), Flávio Bolsonaro (PL), Ratinho Junior (PSD), Ronaldo Caiado (União), Romeu Zema (Novo), Renan Santos (Missão) e Aldo Rebelo (DC). O outro contexto troca Flávio por Tarcísio de Freitas (Republicanos). Para o segundo turno, a pesquisa projeta cenários de Lula contra Flávio, Tarcísio e Ratinho Jr.

Avaliação do presidente

O levantamento AtlasIntel, divulgado em parceria com a Bloomberg, na última quarta-feira (21), revelou que Lula lidera a

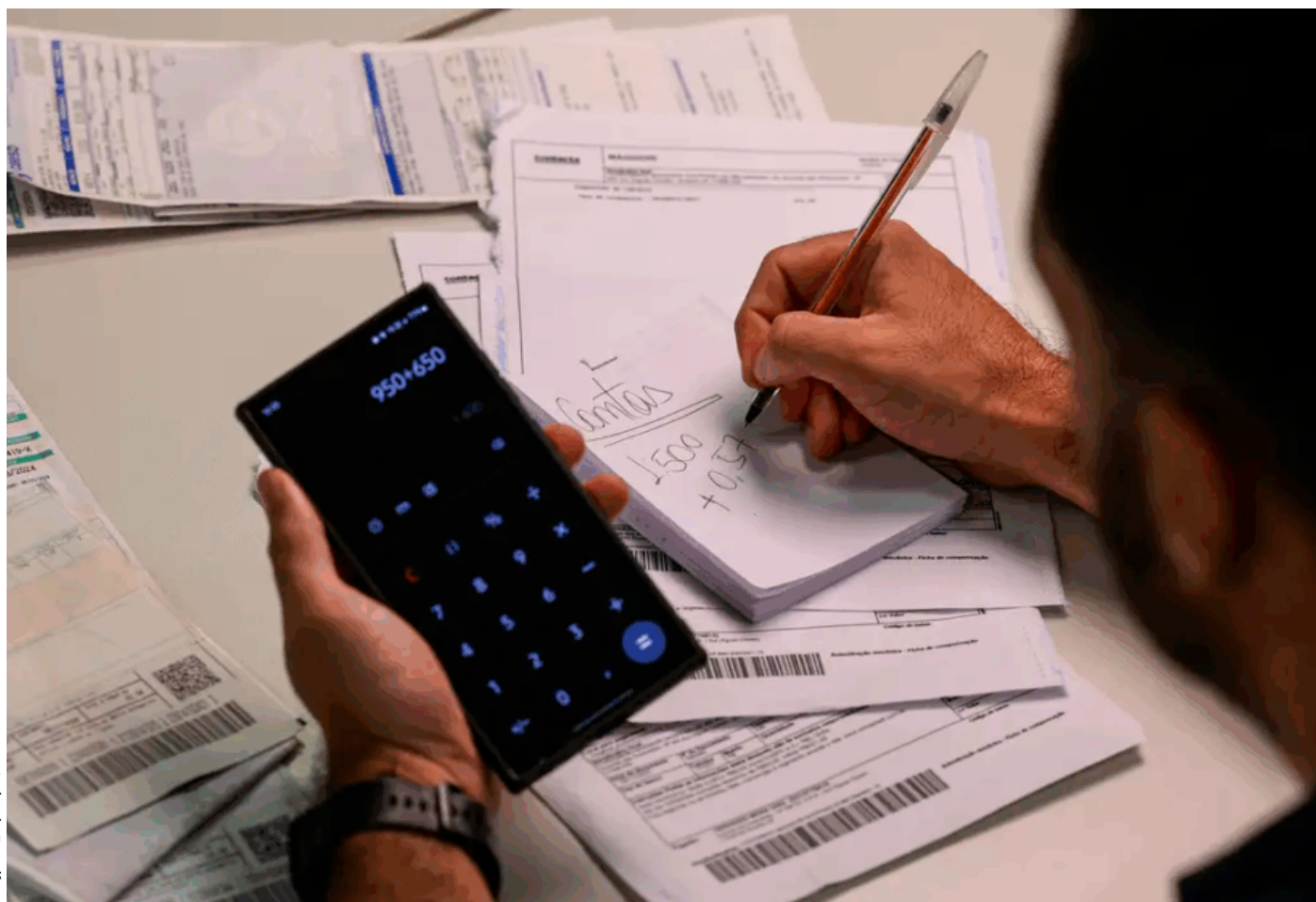
intenção de votos com 48%, seguido por Flávio com 28% e Tarcísio com 11%.

Com relação à aprovação do presidente, divulgada na quinta-feira (22), os dados mostram estabilidade, com 49% de aprovação dos eleitores, o mesmo índice dos últimos dois meses, dentro da margem de erro. Lula segue performando melhor entre as mulheres (56%) e pessoas acima dos 60 anos (73%), com escolaridade até o Ensino Fundamental (61%). No recorte por renda, o desempenho é melhor nas faixas mais altas, de R\$5 mil a R\$ 10 mil (53%) e acima de R\$ 10 mil (58%). Os católicos também avaliam melhor Lula, com 54% aprovando a gestão.

A desaprovação segue maior entre homens (58%), jovens de 16 a 24 anos (75%), pessoas com nível educacional até o Ensino Médio (62%), aqueles que têm renda familiar entre R\$ 2 mil e R\$ 3 mil (56%) e evangélicos (74%).

As políticas públicas com maior aceitação são a gratuidade de medicamentos e itens do Farmácia Popular, com 88% de aprovação, e a isenção do Imposto de Renda para pessoas com renda mensal abaixo de R\$ 5 mil é positiva para 76%. A rejeição fica por conta da taxa de compras do exterior, 59% de desaprovação.

Para 65% dos entrevistados, a corrupção é apontada como o principal problema do Brasil, seguida por criminalidade e tráfico de drogas, alvo da preocupação de 50% do público da pesquisa.



Governo limita dívida do cartão a até o dobro da fatura e freia abusos dos bancos a partir de 2026

Medidas enfrentam juros do rotativo que chegavam a patamares extremos e respondem ao avanço do superendividamento das famílias brasileiras

Redação Focus Brasil

O governo federal consolidou, a partir de 2026, as regras que limitam o crescimento das dívidas do cartão de crédito no Brasil. As medidas, em vigor desde 2024 e aplicadas de forma plena após período de adaptação do sistema financeiro, estabelecem um teto legal para o crédito rotativo e ampliam a proteção ao consumidor, com impac-

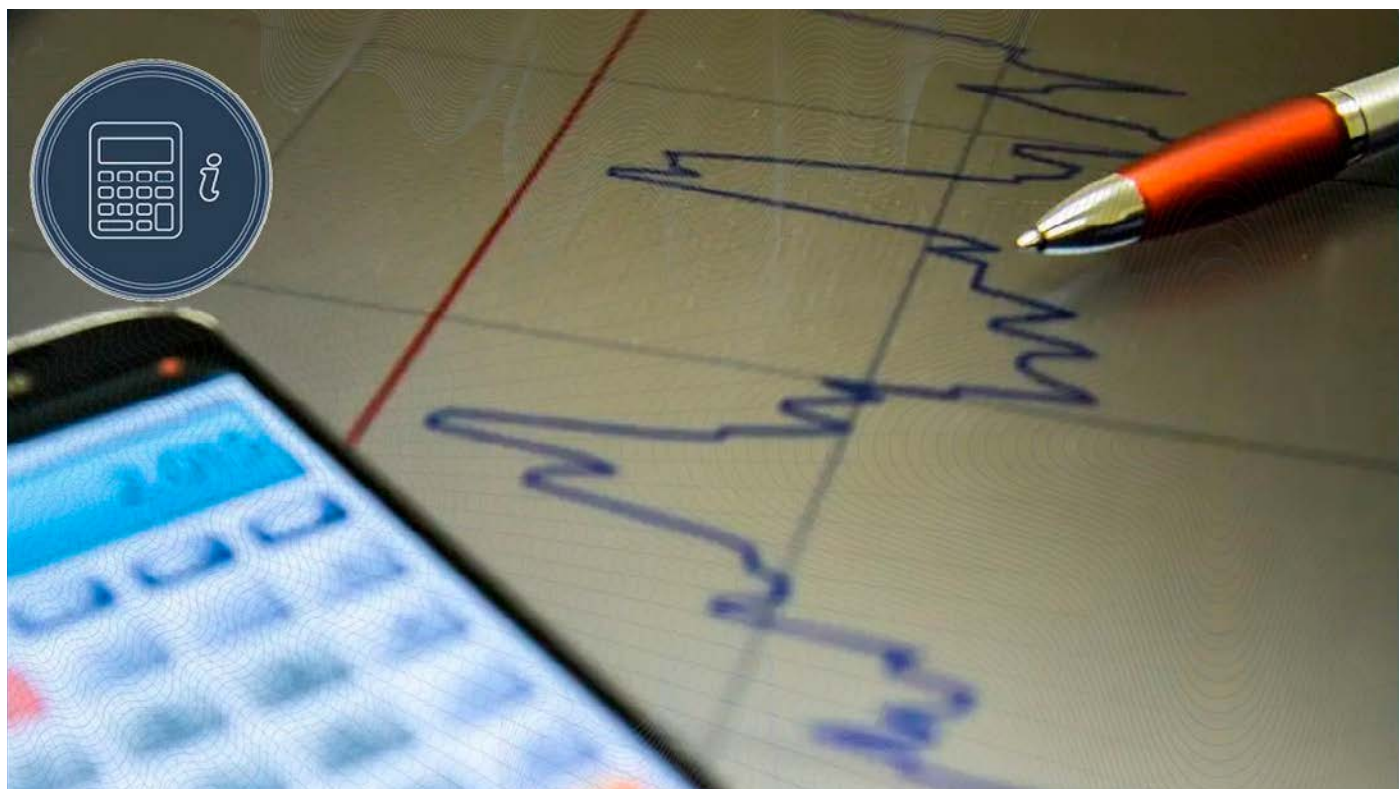
to direto no orçamento das famílias.

As mudanças foram estruturadas no atual governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como resposta a um cenário de juros elevados e de expansão acelerada do superendividamento. Antes da nova regulamentação, o uso do rotativo permitia que uma dívida crescesse de forma indefinida, sem limite legal, por meio da incidência sucessiva de juros e encargos.

Pelas regras consolidadas, o valor total cobrado do consumi-

dor — somando juros, multas e encargos — não pode ultrapassar o dobro do valor original da fatura. Na prática, uma dívida inicial de R\$ 1 mil, por exemplo, fica limitada a R\$ 2 mil, encerrando a lógica de crescimento ilimitado que marcou o crédito rotativo por décadas.

Dados do Banco Central indicam que, antes da mudança, os juros do crédito rotativo do cartão figuravam entre os mais altos do sistema financeiro nacional, com taxas anuais que ultrapassavam 400% ao ano em determinados períodos. Esse modelo fazia com



que consumidores que não conseguiam pagar a fatura integral entrassem rapidamente em ciclos prolongados de endividamento.

Ao sancionar a medida, Lula afirmou que o crédito rotativo operava como uma forma de penalização permanente do consumidor. “Ninguém consegue pagar juros desse tamanho. Isso virou uma espécie de agiotagem institucionalizada”, disse o presidente na ocasião, ao defender a necessidade de limites claros para a atuação do sistema financeiro.

Superendividamento das famílias

O avanço das dívidas no cartão ocorreu em paralelo ao crescimento do superendividamento no país. Levantamentos de entidades do comércio apontam que mais de 70% das famílias brasileiras estavam endividadas, com o cartão de crédito figurando como a principal modalidade de dívida. Em muitos casos, o rotativo funcionava como mecanismo de prolongamento da inadimplência, sem perspectiva real de quitação.

Segundo o governo, a ausência de um teto legal transferia todo o risco da operação para o consu-

midor, enquanto os bancos mantinham liberdade para a cobrança sucessiva de encargos. A nova regra busca reequilibrar essa relação.

O que muda para o consumidor

Com a aplicação plena das regras em 2026, os bancos passam a ser obrigados a respeitar o teto da dívida e a apresentar faturas mais transparentes, com informações organizadas sobre o valor total devido, o custo de cada alternativa de pagamento e as opções disponíveis ao cliente.

O governo também garantiu o direito à portabilidade da dívida, permitindo que o consumidor transfira o saldo devedor do cartão para outra instituição que ofereça condições mais vantajosas. As possibilidades de renegociação e refinanciamento passam a seguir critérios mais claros, reduzindo espaço para cobranças abusivas.

As instituições financeiras ficam obrigadas a informar de forma objetiva os juros cobrados, os encargos incidentes e as condições de negociação, fortalecendo

o poder de escolha do cliente e limitando práticas que historicamente penalizaram os consumidores.

Política de crédito e proteção social

As mudanças no cartão de crédito se articulam com medidas adotadas pelo governo em 2025 voltadas à prevenção do superendividamento, que ampliaram as exigências para a concessão de crédito e reforçaram a avaliação da capacidade de pagamento dos consumidores.

Para Lula, o objetivo é reorganizar o sistema sem restringir o acesso ao crédito. “Crédito é importante para a economia, mas não pode ser um instrumento de exploração”, afirmou o presidente ao defender a combinação entre acesso, previsibilidade e proteção ao consumidor.

Com esse conjunto de regras, o governo busca limitar abusos do sistema financeiro, reduzir o peso das dívidas no orçamento das famílias e estabelecer um novo padrão de relação entre bancos e clientes no país.



INSS prorroga para 20 de março prazo para contestação de descontos indevidos

Ampliação garante o direito dos beneficiários diante de problemas no Meu INSS e manutenção programada da Dataprev, que suspenderá serviços

Redação Focus Brasil

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) prorrogou até o dia 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas contestem descontos indevidos em seus benefícios. A decisão foi tomada para garantir o pleno direito dos segurados diante das instabilidades registradas no sistema Meu INSS desde a última semana.

Segundo o Instituto, os problemas técnicos afetaram o acesso de parte dos beneficiários aos serviços digitais, o que comprometeria o encerramento do prazo originalmente previsto para 14 de fevereiro. O INSS informou que foi surpreendido pelas falhas e que mantém contato diário com a Dataprev, responsável pela tecnologia da informação da Previdência Social, cobrando explicações e providências para a normalização dos sistemas.

Além das instabilidades já enfrentadas, a Dataprev comunicou

ao Instituto que realizará uma manutenção programada que deixará os sistemas indisponíveis entre os dias 27 de janeiro e 1º de fevereiro, o que também pesou na decisão de ampliar o prazo.

Prazo é ampliado após falhas no sistema

De acordo com o presidente do INSS, Gilberto Waller, a prorrogação busca evitar prejuízos aos segurados. “Estava previsto para a gente terminar em 14 de fevereiro. Seria o último dia para que os nossos aposentados e pensionistas pudessem requerer. Tendo em vista que tivemos problemas de sistema na semana passada e teremos uma paralisação dos sistemas da Dataprev agora, dias 28, 29 e 30, para não prejudicar ninguém, vamos prorrogar esse prazo até 20 de março”, afirmou.

Com a ampliação do prazo, os beneficiários ganham mais tempo para identificar cobranças irregulares e formalizar a contestação, etapa necessária para que, posteriormente, possam aderir ao acordo administrativo de res-

sarcimento. A contestação pode ser feita pelo aplicativo Meu INSS, pela Central de Atendimento 135 ou presencialmente nas agências dos Correios.

Contestação é etapa inicial para ressarcimento

Podem aderir ao acordo os segurados que contestaram descontos indevidos e não receberam resposta da entidade responsável no prazo de até 15 dias úteis, assim como aqueles que receberam respostas consideradas irregulares, como apresentação de assinaturas falsificadas ou gravações de áudio em substituição a comprovantes válidos. Também estão incluídos beneficiários que sofreram descontos entre março de 2020 e março de 2025. Nos casos em que há processo judicial em andamento, a adesão ao acordo administrativo é possível desde que o segurado ainda não tenha recebido os valores e desista da ação judicial.

Após a contestação, caso a entidade responsável não apresente resposta dentro do prazo, o próprio sistema libera automaticamente a opção de adesão ao acordo. O mesmo ocorre quando a resposta é considerada irregular pelo INSS. A adesão pode ser feita pelo aplicativo Meu INSS ou presencialmente nas agências dos Correios. A Central 135 não está habilitada para essa etapa.

No aplicativo Meu INSS, o procedimento exige acesso com CPF e senha, a consulta dos pedidos em andamento e a confirmação da opção de recebimento do valor, conforme orientação exibida no próprio sistema.

O INSS reforça que toda a comunicação com os beneficiários é realizada exclusivamente por canais oficiais, como o aplicativo Meu INSS, o site, a Central 135 e as agências dos Correios, e alerta para que aposentados e pensionistas não caiam em golpes ou contatos fora desses meios.

Ney Messias Jr. alerta que “o etarismo permeia todos os outros preconceitos”

Especialista em gerontologia explica o novo termo Nolt e as maldades por trás do etarismo

Arquivo pessoal



Fernanda Otero

O vídeo do presidente Lula desfrutando suas férias, no começo de janeiro, desencadeou uma avalanche de conteúdos falsos e reacendeu o debate sobre a sua saúde — especialmente em um ano em que ele poderá disputar mais um mandato presidencial. A discussão, porém, vai muito além da figura política: no Brasil, até 2050, a população idosa deve dobrar, e o país ainda não está preparado para esse cenário.

Enquanto parte do debate público ainda se concentra na vitalidade do presidente, especialistas lembram que a discussão deveria

ser mais ampla: o Brasil está envelhecendo rápido, mas ainda enxerga a velhice por lentes antigas, preconceituosas e pouco informadas. Faltam políticas públicas, faltam cidades preparadas e falta, sobretudo, uma mudança cultural que reconheça o envelhecimento como etapa natural — e não como problema.

Em seminário promovido pela Fundação Perseu Abramo, em setembro de 2025, “A realidade das políticas para a pessoa idosa e os desafios do PT”, foram discutidas as carências e os desafios na promoção de políticas públicas para esta parcela da população. Um dos destaques do Seminário — que está disponível no YouTube — é a transição demográfica. O painelistas José Eustáquio Diniz pontuou que na história da huma-

nidade, a transição demográfica é o maior fenômeno de mudança de comportamento de massa.

Etarismo X Nolt

Desde 2010, a Academia Brasileira de Letras, instituição oficial de referência para a língua portuguesa no Brasil, reconhece o termo etarismo no vocabulário brasileiro, mas a palavra da moda é Nolt – New Older Living Trend.

Para o gerontólogo Ney Messias Jr., a velhice ainda não está sendo bem tratada pela sociedade. Sua experiência pessoal acendeu o alerta que o levou a estudar o tema: “percebi como comecei a ser tratado de outra forma, simplesmente por me aproximar da velhice”, revela.

Messias Jr. é uma voz reconhecida quando o assunto é longevi-

dade e combate ao etarismo. Seu perfil no Instagram ultrapassou 160 mil seguidores e, aos 64 anos, segue ativo, produtivo e desafiando estereótipos todos os dias. Em sua visão, o presidente Lula se encaixa na definição de Nolt, mas não é o único. “Independentemente de qualquer simpatia ideológica de quem quer que seja, ele representa algo inegável e é um exemplo de vitalidade, um exemplo de novo idoso”, opina. No Instagram @seuneyzinho, como é conhecido, está promovendo uma série com outros Nolts para mostrar que a idade é apenas um número.

Graduado em Educação Física pela Universidade do Estado do Pará, instrutor de mindfulness, especialista em gerontologia pelo Hospital Albert Einstein e hoje gestor de programas de envelhecimento bem-sucedidos, nesta entrevista à Focus, ele fala sem rodeios sobre envelhecimento, desigualdade, políticas públicas, saúde e o fenômeno Nolt, que propõe uma nova forma de viver os 60+.

- Quando você começou a falar sobre etarismo e por quê?

Bem, eu tenho 64 anos. Aos 57 anos, recebi um diagnóstico de TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade). Isso explicou muita coisa na minha vida, explicou toda a minha trajetória, na verdade. A partir daí, fui buscar ajuda para não ficar dependente apenas de fármacos, mas também de outras formas de cuidado, e a primeira delas foi o mindfulness. Aquilo transformou tanto a minha vida que eu mesmo me transformei, quis me tornar um profissional de Mindfulness e fui à Universidade Federal de São Paulo, onde fiz uma formação baseada em um protocolo científico de Mindfulness. Depois disso, comecei a trabalhar com Mindfulness, e isso me levou a atuar

como gestor de estresse em um dos maiores grupos de cuidado à pessoa idosa do Brasil, o Grupo Cíntia Charoni, aqui de Belém do Pará, que é referência mundial. Estimulado pelo grupo, fui ao Einstein e fiz uma especialização em Gerontologia. Essa formação mudou ainda mais a minha vida. Sempre fui uma pessoa que se cuidou muito — minha graduação original é em Educação Física —, então estive sempre ligado à atividade física e às boas práticas alimentares. Quando concluí a especialização, percebi que eu era um profissional de gerontologia e, ao mesmo tempo, alguém que estava chegando à idade idosa. E, quando me dei conta disso, percebi também como comecei a ser tratado de outra forma, simplesmente por me aproximar da velhice. Não tenho nenhum problema em falar sobre isso, mas passei a notar que as oportunidades de trabalho diminuía e as de afeto e relacionamento encolhiam. E é interessante porque, muitas vezes, o etarismo é silencioso, mas é um dos mais cruéis, pois permeia todos os outros. Agora mesmo estou envolvido em uma discussão na Assembleia Legislativa do meu estado, tentando implementar cotas de empregabilidade para pessoas idosas, e esbarramos em uma lei que já determina cotas para indígenas, negros e quilombolas, mas eu tenho dito: nada disso adianta, porque, se esse indígena, esse negro ou esse quilombola tiver mais de 60 anos, ele vai continuar desempregado.

- Como o etarismo se diferencia de outras formas de discriminação estrutural, como o racismo e o sexismo?

Olha, eu te diria que, mais do que falar sobre a diferença, a característica principal do etarismo é justamente essa que eu estou te dizendo: ele permeia todos os outros preconceitos. E isso dificul-

ta ainda mais tudo, porque, veja bem, se eu sou um 60+, branco, heteronormativo, eu sofro etarismo, mas eu sofro muito menos do que, obviamente, um homem negro e homoafetivo. O etarismo está aí, historicamente, para potencializar todos os outros preconceitos e, quando falamos sobre como ele permeia tudo, precisamos falar também da mulher, que é vítima de forma tripla. Ela é muito mais cobrada do que o homem; eu tenho absoluta certeza, como gerontólogo, de que a mulher, apesar de todos os desafios, vem envelhecendo melhor do que nós. Tanto que vocês vivem mais — a expectativa de vida feminina é pelo menos oito anos maior. Mas os desafios que vocês enfrentam são muito maiores do que os nossos, mas o etarismo tem nuances que se intensificam conforme as características pessoais de cada indivíduo. Ele vai potencializando todos os desafios de uma forma muito cruel.

- Pensando em interseccionalidade, quais seriam, na sua visão, os maiores pontos cegos da agenda atual contra o etarismo e pró-longevidade ativa? O que não estamos discutindo e o que você acha que deveria estar no centro das pesquisas e das políticas sobre envelhecimento no Brasil?

É complicado falar de uma coisa só porque a pessoa idosa no Brasil enfrenta muitos desafios de insegurança. Insegurança alimentar — e aqui eu estou falando da maioria, não da bolha em que eu vivo, porque sou uma pessoa com privilégio; eu sou minoria. Se você pegar a média da pessoa idosa do Brasil, ela vive insegurança alimentar, insegurança habitacional, insegurança física, insegurança patrimonial; são vários níveis de insegurança. Então, eu sempre digo: é muito poético falar “que bacana envelhecer”! Que

bacana envelhecer para quem, cara pálida? Para você que está dentro da sua bolha? Para mim, que estou dentro da minha bolha? Para nós, realmente é. Eu, por enquanto, não tenho insegurança financeira; eu posso ter acesso a médicos, a suplementos; não tenho insegurança habitacional, vivo com certo conforto. Mas é exatamente por isso que acho que deveríamos estar discutindo políticas públicas. O governo atual até demonstra intenção, mas não tirou do papel um aprofundamento real dessas políticas, porque temos uma bomba-relógio prestes a explodir, num país extremamente desigual e que envelhece aceleradamente. Daqui a pouco, teremos uma população inteira de idosos desassistidos — porque isso já acontece —, mas desassistidos num nível ainda mais cruel. Nos dois extremos da sociedade, crianças e idosos, o país até conseguiu, de alguma forma, pagar suas dívidas em relação às crianças; elas estão mais bem assistidas hoje do que há 20 anos, mas com os idosos não. Então está na hora da população e do poder público olharem para esse outro público também.

- Quais políticas públicas poderiam ser eficazes para combater o etarismo no mercado de trabalho brasileiro, considerando o envelhecimento acelerado da população?

Estou falando aqui de vários níveis de insegurança e o que poderia tirar a pessoa idosa de alguns desses níveis é exatamente a geração de emprego e renda. Hoje, a pessoa idosa é a parcela mais desempregada da população brasileira. Por outro lado, 59% dos domicílios do país são mantidos por pessoas de 55 anos ou mais. Então, veja: num país onde grande parte dos lares depende dessas pessoas, como é que alguém vai conseguir manter o seu domicílio



Arquivo pessoal

desempregado, sem renda? Isso é muito cruel. Eu acredito que o poder público deveria começar a dar o exemplo. Basta analisar o Brasil: nenhum nível de governo, federal, estadual ou municipal, tem planos de empregabilidade para o público 60+, não existem cotas. Nenhum poder público tem, por exemplo, um plano de estágio para pessoas 60+ e estamos falando de pessoas extremamente produtivas, com uma experiência valiosíssima para compartilhar, e que dificilmente geram conflitos no ambiente de trabalho, porque já superaram essa fase. A intergeracionalidade, quando existe, é saudável para todos os lados: o jovem bebe da maturidade do idoso, acessa saberes que levaria décadas para adquirir, e o idoso bebe da contemporaneidade do jovem, isso é terapêutico para todos. Então, eu te diria que a primeira grande ação seria essa.

A segunda, que melhora a vida do idoso, mas melhora a vida de todo mundo, seria que os prefeitos das cidades brasileiras, especialmente das capitais, entendessem melhor os protocolos da ONU sobre cidades amigas do idoso. Se

as cidades adotassem esses protocolos e se transformassem em cidades amigas do idoso, elas seriam melhores para todas as idades, não só para os idosos e isso melhoraria substancialmente a vida da pessoa idosa. Só que nós, culturalmente, estamos acostumados a enxergar a velhice como um fracasso pessoal. No Brasil, envelhecer é quase tratado como um fracasso, as pessoas já veem o idoso como frágil, como algo trabalhoso. Basta olhar para a pandemia: na hora de escolher quem salvar, o idoso não era a prioridade. Por quê? Porque ele era considerado mais trabalhoso. Nos planos de saúde, é a mesma coisa, no Brasil, eles cometem sistematicamente crimes de etarismo com a maior liberdade do mundo. Existe uma regra da ANS que é um escárnio: eles colocaram a última faixa de reajuste aos 59 anos. Então, quando você chega aos 59, aquele plano que custava R\$ 400,00 passa a custar R\$ 1.200, R\$ 1.300, e isso é legal. Por quê? Porque, se essa última faixa fosse a partir dos 60, entraria em conflito com o Estatuto do Idoso, que é claríssimo: você não pode estabelecer valores em

planos de saúde baseados apenas na idade. Então, para não serem criminalmente enquadrados, o que as operadoras fazem? Baixam o limite para 59. Eles fogem do Estatuto do Idoso e fazem o reajuste que quiserem. A pessoa idosa, neste país, é tratada com muito desrespeito.

- Professor, você fez um vídeo recentemente falando sobre esse termo, Nolt (New Older Living Trend). Ele está sendo considerado por muitos como um movimento libertador, mas também tem o outro lado, obviamente, das críticas — inclusive essa que o senhor mesmo mencionou agora, de que se transforme em uma hashtag da classe média. O que é exatamente o Nolt? Segundo, se o senhor acredita que esse conceito realmente representa algum avanço na forma de enxergarmos a pessoa idosa, se ele contribui, de fato, para combater o etarismo.

Com relação ao Nolt, muito antes de qualquer neologismo, de qualquer movimento, o que existe é um novo idoso. Quando eu digo “nós”, estou falando da minha geração, que nasceu nos anos 60. Nós somos a primeira geração, enquanto geração, a envelhecer de forma diferente dos nossos pais e avós. Nós estamos envelhecendo com propósito, e não de forma passiva. Na época dos nossos pais e avós, o que eles esperavam? A aposentadoria, que, aliás, é uma palavra péssima, porque “aposentadoria” vem de “aposentos”: é a sociedade dizendo para você “agora chega, fica limitado aos teus aposentos, fim de papo”, e era isso que nossos avós e pais faziam, a partir daí, eles ficavam esperando a vida passar. Nós não admitimos esse tipo de envelhecimento. Eu estou com 64 anos, e estou falando aqui da sede do maior grupo de comunicação da Amazônia, o Grupo Liberal, do

qual eu sou diretor de Marketing, acabei de ser contratado há cerca de seis meses. Sou especialista em gerontologia, sou especialista em Mindfulness, formações que fiz com 58 anos de idade. Eu viajo sozinho, malho todos os dias, então, se você olha o meu envelhecimento e coloca esse envelhecimento sob a perspectiva de uma geração anterior à minha, você vai dizer: “esse é o novo envelhecimento”, e é esse tipo de envelhecimento ao qual todos nós deveríamos ter acesso, ao qual todos nós deveríamos ter direito, nós nascemos para viver muito. O que impede isso são as nossas escolhas, nossas atitudes ou as condições em que somos colocados. Durante décadas, por exemplo, venderam para nós verdadeiras “bombas de açúcar”, os adolescentes daquela época, muitos provavelmente já morreram por vários tipos de inflamação que ninguém via. Inflama o cérebro, daí vem Alzheimer, enfim, as inflamações são as mais variadas possíveis.

Voltando à tua pergunta sobre o Nolt: a gente pode até deixar o nome de lado, desde que se entenda o seguinte: eu tenho condições de ser um novo idoso, uma nova idosa, e viver mais e melhor, e aí eu trago outra palavra, em inglês, de um grande especialista em longevidade, o Peter Attia, um estadunidense, mas o conceito não é exclusivo dele: healthspan. Healthspan é a condição que eu adquiro de viver mais e melhor; é expandir os anos da minha vida sem doenças crônicas limitantes, é isso que todos nós deveríamos buscar. No país em que a gente vive, poucos têm essa condição, mas isso é só uma questão financeira? Não, não é só uma questão financeira. Há um estudo muito interessante da Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, sobre a população ribeirinha de Maués, no Amazonas, não se trata de uma

população rica financeiramente, são ribeirinhos, e eles têm uma expectativa de vida cerca de oito anos maior do que a expectativa média de vida do povo brasileiro.

- Podemos usar o exemplo do presidente Lula como referência?

Acho que o presidente Lula, independentemente de qualquer simpatia ideológica de quem quer que seja, representa algo inegável, irrefutável: um homem com 80 anos de idade, comandando uma das maiores democracias do mundo, é um exemplo de vitalidade, um exemplo de novo idoso, para qualquer pessoa; ele não é o único, embora seja um bom exemplo. No meu Instagram, estou fazendo uma série sobre alguns Nolts brasileiros que podem e devem inspirar pessoas. A população de Maués, no Amazonas, e várias outras populações ribeirinhas provam que viver mais e melhor não é apenas uma questão financeira, mas uma questão de escolhas. Eles bebem guaraná todos os dias, comem peixes com alto teor de ômega 3, consomem a melhor gordura do planeta — o açaí —, andam todos os dias para chegar aos seus roçados, remam diariamente e, no final do dia, sabe o que eles fazem? Reúnem-se em comunidade, na porta de suas casas, para conversar, fortalecer suas amizades, o seu grupo de apoio, esses são alguns dos principais pilares do envelhecimento ativo e da longevidade saudável. E, muitas vezes, estão ao teu alcance — mas você fica esperando “um dia ficar rico” para conseguir, na maioria das vezes, isso não depende de riqueza financeira. Depende muito mais de você querer calçar um tênis, qualquer tênis que você tenha, e caminhar todos os dias; deixar de beber refrigerante; deixar de comer açúcar, isso não tem tanto a ver com ser rico ou pobre, tem muito mais a ver com escolhas de vida.

Lula chama fraude do Banco Master de “golpe bilionário” e critica concentração financeira

Em evento do Minha Casa, Minha Vida, presidente afirma que o sistema financeiro arca com fraudes enquanto políticas sociais seguem sob ataque



Rovena Rosa/Agência Brasil

Redação Focus Brasil

Durante a cerimônia de entrega de moradias do programa Minha Casa, Minha Vida, realizada em Maceió, na sexta-feira, 23 de janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva classificou como “golpe bilionário” o suposto esquema de fraudes envolvendo o Banco Master.

Ao comentar o caso, Lula associou o episódio à concentração do sistema financeiro e à desigualdade estrutural que marca a economia brasileira.

O presidente afirmou que não é aceitável que políticas de transferência de renda e programas sociais sejam permanentemente

questionados enquanto fraudes de grande escala são relativizadas. Segundo ele, medidas de assistência social estimulam o consumo, movimentam a economia e garantem condições mínimas de dignidade à população mais pobre.

“Não é possível que a gente continue vendo o pobre ser sacrificado enquanto tem um cidadão do Banco Master que deu um golpe de mais de R\$ 40 bilhões. E quem vai pagar é o sistema financeiro. Quem vai pagar são os bancos. É o Banco do Brasil, é a Caixa Econômica, é o Itaú”, afirmou o presidente.

Lula também criticou setores que, segundo ele, saem em defesa do responsável pela instituição financeira, sem citá-lo nominalmente. A referência foi ao con-

trolador do Banco Master, Daniel Vercaro.

Para o presidente, esse tipo de postura revela uma inversão de prioridades no debate público, em que políticas sociais são tratadas como problema enquanto práticas lesivas ao sistema financeiro recebem complacência.

O papel do Fundo Garantidor de Créditos

Ao explicar sua afirmação de que a conta não recairia sobre o governo, Lula fez referência ao Fundo Garantidor de Créditos. O Fundo Garantidor de Créditos é um mecanismo privado de proteção aos depositantes, mantido por contribuições das próprias instituições financeiras, públicas e privadas, e não utiliza recursos diretos do Tesouro Nacional.

O fundo garante depósitos até o limite de R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ, por instituição, com teto global de R\$ 1 milhão a cada quatro anos, segundo dados oficiais do FGC.

As declarações do presidente recolocam no centro do debate a assimetria do sistema financeiro brasileiro e os limites da proteção institucional diante de fraudes de grande escala.

Ao tratar do tema em uma agenda dedicada à política habitacional, Lula reforçou o vínculo entre escolhas econômicas, justiça social e a disputa sobre quem efetivamente arca com os custos das crises financeiras.



Deputado Rogério Correia (PT-MG) quer ampliar investigação de consignados e relação com igrejas evangélicas na CPMI do INSS

Com a retomada da CPMI do INSS, deputado Rogério Correia defende aprofundamento das investigações sobre fraudes em crédito consignado e indícios de lavagem de dinheiro envolvendo Banco Master e igrejas evangélicas, com destaque para a Igreja Batista da Lagoinha

Redação Focus Brasil

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retomará suas atividades no início de fevereiro, com o retorno do Congresso Nacional após o recesso parlamentar de verão, o que abre a possibilidade de ampliar investigações de grande relevância sobre fraudes no crédito consignado e possíveis esquemas de lavagem de dinheiro envolvendo instituições religiosas evangélicas.

Consignado e política eleitoreira

O deputado Rogério Correia, do PT de Minas Gerais, confirmou à Revista Focus que foram despendidos aproximadamente R\$ 6,5 bilhões na véspera das eleições passadas para setores específicos, por meio de crédito consignado, incluindo operações destinadas a beneficiários do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Segundo Correia, “nós tivemos crédito consignado até mesmo para Bolsa Família e BPC, na véspera das eleições passadas, quando o ex-presidente Jair Bolsonaro permitiu que determinadas instituições fizessem cobrança de crédito consignado para esses setores”, denunciou o

parlamentar.

Entre as instituições investigadas está o Banco Zema, ligado ao governador de Minas Gerais, Romeu Zema, que foi convidado para comparecer à CPMI.

Em entrevista à TV Fórum, o deputado relata ter conduzido um estudo aprofundado com base em documentos oficiais que chegaram à CPMI, identificando indícios de lavagem de dinheiro por meio de algumas igrejas evangélicas e de pastores.

“Foi um estudo que eu fiz muito meticuloso, com documentos oficiais que chegaram à CPMI, [sobre] lavagem de dinheiro via algumas igrejas evangélicas e pastores evangélicos. Ou seja, esse dinheiro passava por alguns pas-



tores que foram então agraciados com esses recursos para se fazer a lavagem de dinheiro. Então ele passa por dentro da igreja e vai servir, evidentemente, a interesses escusos destas igrejas e destes pastores. E ali passa por ali também para ser lavado e voltar àquelas que fizeram o roubo do INSS”, descreve.

Para o deputado, o volume e a capilaridade das operações suspeitas indicam um esquema expressivo. “Uma lavagem que me parece muito grande e que vai ser descoberta — esse é o receio deles — é a lavagem que se faz dentro da Igreja da Lagoinha, porque essa é uma igreja muito grande”, diz.

Lagoinha, Banco Master e família Vorcaro

Durante a entrevista à TV, Rogério Correia detalha a relação entre as lideranças da Igreja Batista da Lagoinha, o Banco Master e a família Vorcaro, sediada em Belo Horizonte. Ele enfatiza a dimensão da denominação e a influência de seus principais dirigentes.

Correia também aponta o papel de Henrique Vorcaro, pai de Daniel, na estrutura de comando da igreja. “O pai do Vorcaro, Henrique Vorcaro, é quem colocou o André Valadão como chefe dessa

igreja. Então eles são todos aqui de Belo Horizonte. Daniel Vorcaro, Henrique Vorcaro, o Zetel, pastor Zetel, a irmã do Vorcaro, esposa do Zetel, também pastora aqui na igreja”, relata.

Nas investigações já divulgadas no âmbito da CPMI, o pastor Fabiano Campos Zetel, ligado à Igreja Batista da Lagoinha, figura entre os alvos de mandados de busca, ao lado de operações relacionadas ao Banco Master. Correia afirma que a suspeita é de que parte dos recursos oriundos de fraudes contra o INSS teria sido circulada por estruturas religiosas para dissimular sua origem.

O deputado também menciona o ambiente político envolvendo a denominação e seus líderes: a esposa de Zetel, irmã de Daniel Vorcaro, é descrita como apoiadora do deputado federal Nikolas Ferreira, enquanto o presidente da CPMI, senador Carlos Viana, é citado por Correia como membro da Igreja da Lagoinha. Esses vínculos, na avaliação do parlamentar, ajudam a explicar as resistências à ampliação das investigações.

Senadora Damares Alves divulga lista de

investigados

A senadora Damares Alves divulgou, na última semana, uma lista de igrejas e pastores sob investigação pela CPMI do INSS. Entre as instituições religiosas citadas encontram-se:

- Igreja Batista da Lagoinha
- Igreja Assembleia de Deus Ministério do Renovo
- Ministério Deus é Fiel Church (Igreja Seven)
- Igreja Evangélica Campo de Anatote
- Igreja Adoração

Os pastores e líderes religiosos mencionados incluem:

- Fabiano Campos Zetel (Igreja Batista da Lagoinha)
- André Machado Valadão (Igreja Batista da Lagoinha)
- César Belutti do Nascimento (Igreja Seven)
- Péricles Albino Gonçalves (Igreja Campo Anatote)
- André Fernandes (Igreja Ceileiro para as Nações)

Prorrogação dos trabalhos

De acordo com o deputado federal Rogério Correia (PT-MG), a comissão tem previsão de encerramento em março, embora haja requerimento solicitando a ampliação do prazo. O parlamentar mineiro destacou que a questão do crédito consignado passará a ser vista com especial atenção a partir da retomada das atividades, com foco particular no Banco Master, instituição que realizou operações de crédito consignado com significativos prejuízos para aposentados e pensionistas.

“Esse crédito consignado tem um foco especial, que é exatamente o Banco Master. Porque ele também fez crédito consignado, tem muito rombo para os aposentados e seria a forma de demonstrar e de depois termos políticas que façam o controle deste crédito consignado”, afirmou Correia à reportagem.



De mutirão de moradia a supermercado participativo: conheça iniciativas que valorizam o trabalho coletivo

A partir de diferentes métodos, grupos organizados constroem soluções que vão da luta por moradia a modelos alternativos de consumo

Claudia Rocha

O pensamento sobre a construção coletiva enquanto valor político tem raízes profundas na elaboração das ideias da esquerda. A união de grupos sociais com objetivos em comum ocupa lugar central na produção intelectual do campo, de autores clássicos como Karl Marx e Friedrich Engels, que abordam o humano como um ser essencialmente social, a intelectuais brasileiros como Florestan Fernandes e Paulo Freire, que destacam a coletividade como elemento central na conquista de direitos.

Fora do campo teórico, a luta coletiva é marcada por desafios e aprendizados. Em associações de bairro, coletivos culturais, sindicatos ou cooperativas, a organização entre indivíduos exige métodos, pactos e formas de convivência capazes de sustentar o projeto comum no cotidiano.

Entre os movimentos sociais, o de moradia se destaca pelo envolvimento não apenas político, mas também pessoal de seus integrantes. Por se tratar de uma necessidade básica para a sobrevivência, a entrega costuma ser intensa, e a persistência aparece como uma característica central para quem luta pelo direito à moradia digna.

Foi dessa forma que o sonho da casa própria se



tornou realidade para 592 famílias na Vila Mara, na zona leste de São Paulo. No local, dois prédios começaram a ser erguidos no início da década de 1990, durante a gestão de Luiza Erundina na prefeitura, após a ocupação do terreno em 1987. O processo foi interrompido e retomado ao longo de diferentes gestões municipais, atravessando períodos de paralisação durante os governos de Paulo Maluf e Celso Pitta.

Além do envolvimento em protestos organizados para reivindicar direitos, as famílias da Vila Mara foram as responsáveis também por levantar os imóveis, no formato de mutirão.

Mutirões

Os moradores participaram de todo o processo, desde a elaboração do projeto até a escolha e compra dos materiais, passando pela etapa da mão na massa. Tudo isso foi possível a partir de uma rede de apoio ampliada, lembra Maria Isabel Carvalho, que foi presidente da Associação dos Mutirantes do Projeto Habitacional Vila Mara

por quase duas décadas.

“Foi uma experiência muito interessante, não tinha nada de amador. Durante a construção, montamos uma cozinha comunitária e as mulheres conseguiram participar porque lutamos para ter creches no bairro”, conta.

A líder comunitária destaca que houve o apoio da igreja católica e de uma rede formada por arquitetos, advogados e outros profissionais de uma assessoria técnica. O grupo gestor dentro do coletivo de moradores era formado por 24 pessoas. “Tínhamos aulas ali no canteiro de obras e éramos responsáveis por multiplicar esse conhecimento”, cita Maria Isabel.

Atualmente gestora no Núcleo de Convivência de Idosos da Sociedade Amigos de Vila Mara, a psicóloga chegou ao bairro em 1984 e teve seu avô como principal influenciador na participação das lutas comunitárias, com atuação junto às pastorais de base, com ideais da Teologia da Libertação.

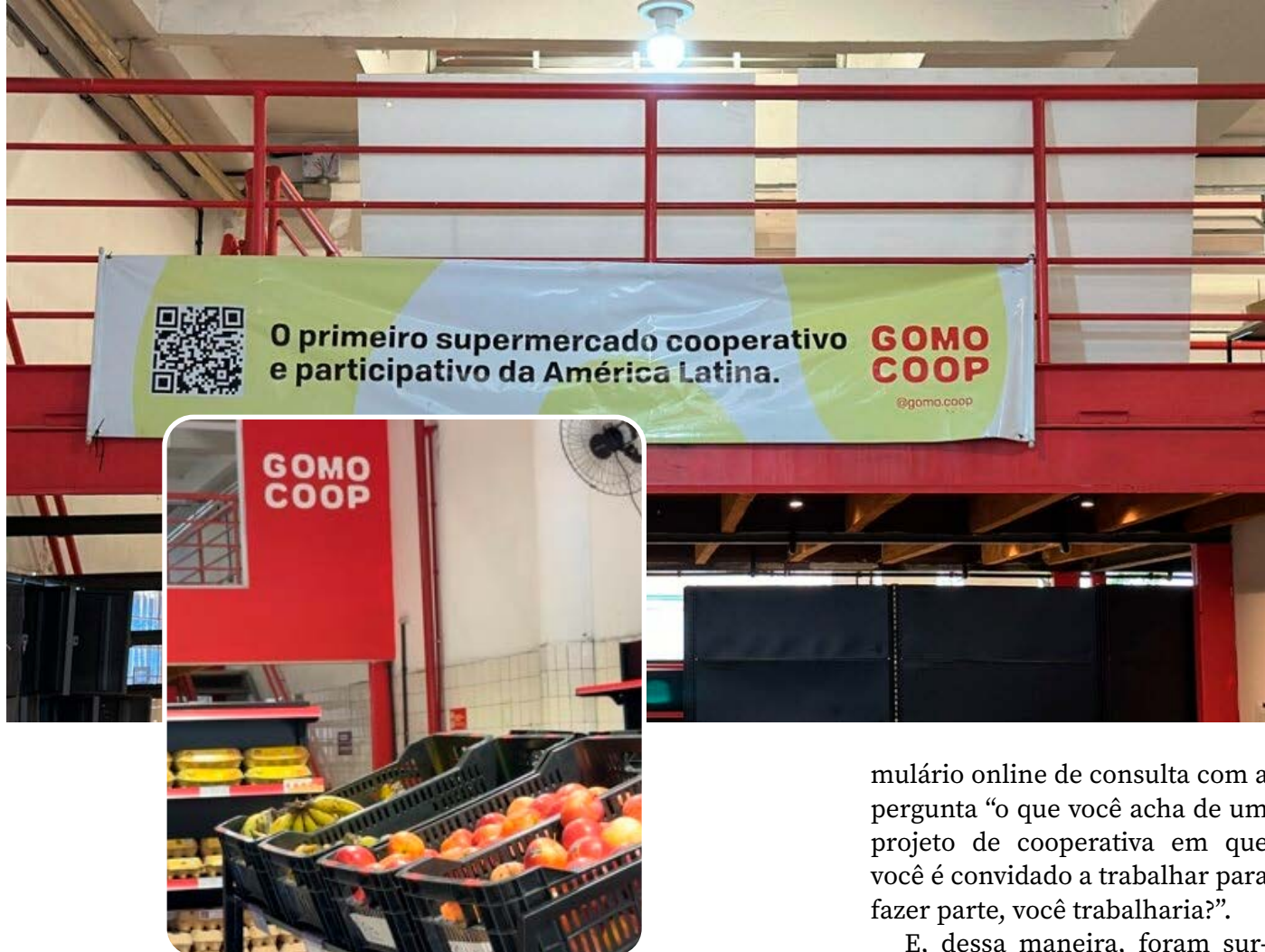
Para Bel, como é conhecida na região, a resiliência foi um fator

decisivo para a atuação do coletivo, já que a construção atravessou diferentes gestões municipais, sendo paralisada nos períodos de Paulo Maluf e Celso Pitta.

Antes de Erundina, ainda no momento da ocupação do terreno, na gestão de Jânio Quadros, houve uma reintegração de posse, que derrubou as construções que haviam sido levantadas antes da existência dos condomínios.

“Eu me lembro que naquele momento nós corremos para chamar as lideranças do bairro, a igreja e todo mundo que fosse possível para nos apoiar. Fizemos um grande círculo em volta do terreno, todo mundo de mãos dadas. Aquele dia foi muito simbólico porque olhamos ao redor e vimos que não estávamos sozinhos e que nossa luta não ia parar ali”, relata Maria Isabel.

Apesar do sentimento positivo proporcionado pela experiência coletiva, ela afirma que o processo de organização da convivência no espaço não foi fácil. “Uma coisa é construir, outra é morar”, diz Bel.



Paralelo às metodologias organizativas do canteiro de obras e estruturação da sede da associação, foi necessário desenhar regras de boa convivência. “Acabava que tínhamos que estar preparados para lidar com múltiplas questões como alcoolismo, uso de drogas, violência contra a mulher, gravidez na adolescência, regras sobre os animais de estimação”, pontua.

Outra forma de consumir

A construção coletiva também é peça chave no modelo alternativo de um recém-inaugurado supermercado na Vila Buarque, no centro de São Paulo. A Gomo Coop é a primeira cooperativa de consumo participativa da América Latina e conta atualmente com 400 cooperados.

O modelo funciona a partir da troca da força de trabalho dos integrantes, que precisam dedicar três horas de serviços voltados à

unidade a cada 28 dias, além da aquisição de uma cota-parte de R\$ 100.

Como método de organização, a Gomo adotou a sociocracia, um sistema de governança participativa com foco em tomadas de decisão por consentimento a partir de decisões geradas em grupos estruturados em círculos temáticos.

A coordenadora de relações da cooperativa, Karina Nishioka, relata que a ideia surgiu derivada do encontro de sete pessoas que participaram de um curso sobre economia solidária e que tinham como perspectiva a comercialização de produtos orgânicos.

“Não é uma coisa óbvia na nossa cultura, a gente nasce e desde pequenos somos estimulados a competir e é difícil virar essa chave, é preciso se reeducar pra isso”, afirma Nishioka sobre as dificuldades de gestão do modelo.

A coordenadora de relações da iniciativa lembra que, no início da ideia, o grupo disparou um for-

mulário online de consulta com a pergunta “o que você acha de um projeto de cooperativa em que você é convidado a trabalhar para fazer parte, você trabalharia?”.

E, dessa maneira, foram surgindo as estruturas do grupo que deu origem à cooperativa, que segue aberta para novas adesões. O estímulo é feito já na entrada da loja, que conta sempre com alguém de prontidão para explicar o funcionamento.

Com o foco em produtos agroecológicos, o mercado tem preços diferentes, com descontos para os cooperados.

“Aqui eu sinto uma possibilidade de transbordamento porque as pessoas chegam e já se sentem parte”, diz Karina Nishioka. Para a coordenadora da Gomo, o crescimento da iniciativa está justamente na possibilidade de absorção dos diferentes conhecimentos de cada integrante do coletivo.

Carolina Barbosa começou a fazer parte da cooperativa ao saber do projeto em uma postagem em rede social. “Fiquei curiosa, fui na primeira reunião e vendo os processos evoluindo, quis participar”, relata a cooperada, que participa do núcleo de gestão de qualidade.



Petrobras reduz preço da gasolina em 5,2% a partir desta terça

Combustível fica, em média, R\$ 0,14 mais barato para as distribuidoras

Agência Brasil

A Petrobras anunciou nesta segunda-feira (26) que vai reduzir em 5,2% o preço da gasolina A vendida às distribuidoras. O novo preço passa a valer a partir desta terça-feira (27).

A gasolina A é o combustível puro que sai das refinarias e é misturado ao etanol pelas distribuidoras, para que possa ser vendido ao consumidor final nos postos.

Com a redução, o preço médio de venda da Petrobras para as distribuidoras passará a ser, em

média, de R\$ 2,57 por litro, uma redução de R\$ 0,14.

No comunicado que anunciou a mudança de valores, a empresa informa que, desde dezembro de 2022, a queda no preço da gasolina chega a R\$ 0,50 - um recuo de 26,9%, já considerando a inflação do período.

A última mudança no preço do combustível havia sido em 21 de outubro de 2025, quando ficou 4,9% mais barata.

A Petrobras informou, ainda, que o preço do diesel vendido às distribuidoras não sofrerá alteração. Desde dezembro de 2022, a redução acumulada no preço do óleo combustível vendido às distribuidoras é de 36,3%, conside-

rando a inflação do período.

Preço nas bombas

O movimento da Petrobras deve representar alívio na inflação do país, uma vez que a gasolina é o produto com maior peso no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador que apura a inflação oficial.

Apesar de a Petrobras ser a maior produtora do combustível no país, o preço da gasolina nas bombas não depende apenas da estatal. Após o produto ser vendido às distribuidoras, sofre influências de outros custos, como o frete, mistura com o etanol, cobrança de impostos e a margem de lucro dos postos.



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO *que transforma*

 @fpabramo

 @fpabramo

 Fundação Perseu Abramo

 (11) 5571-2609

 fpabramo.org.br

 teoriaedebate.org.br

 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE
NÚCLEO DE POLÍTICA PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS



Centro de
Documentação e
Memória Política
Sérgio Buarque
de Holanda